



**Câmara Municipal de Conceição de Macabu - RJ - Conceição de Macabu - RJ**  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



000002

**COMPROVANTE DE PROTOCOLO** - Autenticação: 12026/01/15000002

<b>Número / Ano</b>	000002/2026
<b>Data / Horário</b>	15/01/2026 - 10:45:36
<b>Ementa</b>	Concede Revisão Geral Anual da remuneração aos servidores públicos municipais do Poder Executivo e do Poder Legislativo e aos Agentes Políticos de Conceição de Macabu na forma que especifica e dá outras providências.
<b>Autor</b>	Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu - Prefeito
<b>Natureza</b>	Legislativo
<b>Tipo Matéria</b>	Projeto de Lei Ordinária
<b>Número Páginas</b>	14
<b>Número da Matéria</b>	2
<b>Emitido por</b>	DaniFidelis

CMCM  
Secretaria  
Processo nº 2126  
Rubrica 19 Fs 02



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU  
GABINETE DO PREFEITO

**MENSAGEM Nº 02/2026.**

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente e Edis Pares,

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente, para submeter à elevada consideração de Vossas Excelências o PROJETO DE LEI Nº 02/2026, que CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO E DO PODER LEGISLATIVO E AOS AGENTES POLÍTICOS DE CONCEIÇÃO DE MACABU NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ao submeter o Projeto à apreciação dessa Egrégia Casa, estamos certos de que os Senhores Vereadores saberão aperfeiçoá-lo e, sobretudo, reconhecer o grau de prioridade à sua aprovação, razão pela qual, solicito a tramitação da matéria com **URGÊNCIA**. Cumpre salientar que se trata de medida necessária a Municipalidade, sendo de grande valia para nosso Município, em especial, aos servidores públicos.

Aproveito a oportunidade para reiterar as Vossas Excelências os protestos de elevado apreço e consideração.

Gabinete do Prefeito, 13 de janeiro de 2026.

  
**VALMIR TAVARES LESSA**  
- Prefeito -



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU  
GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI N.º 02/2026.**

***CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL  
DA REMUNERAÇÃO AOS  
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS  
DO PODER EXECUTIVO E DO PODER  
LEGISLATIVO E AOS AGENTES  
POLÍTICOS DE CONCEIÇÃO DE  
MACABU NA FORMA QUE  
ESPECIFICA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.***

O Prefeito do Município de Conceição de Macabu, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º.** Fica estabelecido o índice de **6,79% (seis vírgula setenta e nove por cento)**, para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos ativos, inativos, pensionistas, contratos temporários oriundos de processos seletivos, agentes políticos e cargos em comissão do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município de Conceição de Macabu, referente à data-base de 2026, observados o art. 37, X, da Constituição Federal e o parágrafo primeiro do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, a ser concedido a partir de 1º de janeiro de 2026.

**§1º** - Após a aplicação do índice de revisão geral anual do caput do presente artigo, será concedido aos servidores que não atingiram o valor do salário mínimo um complemento igual e suficiente para atingir o valor do salário mínimo nacional, de acordo com o Decreto nº 12.797, de 23 de dezembro de 2025.

**§2º** - A revisão geral anual não será considerada aumento real de remuneração, mas sim atualização monetária destinada a preservar o poder aquisitivo dos vencimentos e subsídios.

**Art. 2º.** A revisão geral anual aplica-se à remuneração dos agentes políticos, dos servidores ocupantes dos cargos efetivos e em comissão, bem como dos contratados temporariamente oriundos de processos seletivos, vinculados às seguintes normas:

**I** – Nas Classes “A”, “B”, “C”, “D”, “F”, “G”, “H”, “I”, “J” e “K” do Anexo I da Lei Municipal nº 1.554, de 5 de dezembro de 2018;

**II** – Anexo I da Lei Municipal nº 1.564, de 18 de dezembro de 2018;

**III** – Anexos I e II da Lei Municipal nº 1.772, de 2022;

**IV** – Legislação específica que rege as contratações temporárias decorrentes de processos seletivos.

CMCM  
Secretaria  
Processo nº 2126  
Rubrica 15 Fls 04



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 3º.** Aos cargos da classe “E” e classe “E1” o reajuste terá por base o piso salarial dos profissionais do magistério para 2026, nos termos da legislação federal vigente que fixa o piso nacional do magistério.

**Art. 4º.** A concessão da revisão geral anual aos agentes políticos (vereadores, prefeito e vice-prefeito) será realizada em observância aos limites constitucionais e legais.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de janeiro de 2026.

  
**VALMIR TAVARES LESSA**  
- PREFEITO -





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU  
GABINETE DO PREFEITO

**JUSTIFICATIVA**

Excelentíssimo Senhor Presidente e Edis Pares,

O presente Projeto de Lei nº 02/2026, que nesta oportunidade, encaminha concede revisão geral anual da remuneração aos servidores públicos municipais do Poder Executivo e do Poder Legislativo e aos agentes políticos de Conceição de Macabu na forma que especifica e dá outras providências.

Inicialmente cabe destacar, que o presente projeto de Lei se encontra em total observância as Leis vigentes. Conforme previsto no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, a revisão geral anual é um direito assegurado a todos os servidores públicos, devendo ser realizados de forma isonômica, sem distinções de cargos ou funções. Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) estabelece os limites e condições para a realização de ajustes remuneratórios, garantindo o equilíbrio e a Lei Orgânica Municipal de Conceição de Macabu prevê em seu parágrafo primeiro do artigo 77, que os subsídios de que do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, do Presidente da Câmara e dos Vereadores terão revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

A Revisão geral anual é um direito previsto na Constituição Federal aos servidores públicos e agentes políticos, objetivando promover a reposição de perdas financeiras provocadas pela desvalorização da moeda, decorrente de efeitos inflacionários, relativas ao período de um ano.

Nesse aspecto, após a realização de análise técnica contábil acerca de impacto orçamentário, em consonância à Lei de Responsabilidade Fiscal, no que tange ao limite de despesas de pessoal, fora concluído que a referida revisão será no importe de **6,79% (seis vírgula setenta e nove por cento)**.

Importante destacar ainda, o inteiro teor da Sumula Vinculante nº 04, do Supremo Tribunal Federal, onde fora fixada jurisprudência no sentido de que o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

C.M.C.M.  
Secretaria  
Processo nº 006  
Rubrica 19 Fis 06



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU  
GABINETE DO PREFEITO

Ante o exposto, restando evidenciadas as razões que amparam a medida e demonstram o relevante interesse público de que se reveste, submeto ao presente projeto de lei à apreciação dessa egrégia Casa Legislativa, contando com seu indispensável aval.

Deste modo, ante as considerações aqui introduzidas em vóo rápido, é que encaminho a presente propositura, esperando que seja a mesma aprovada na íntegra.

Gabinete do Prefeito, 13 de janeiro de 2026.

  
**VALMIR TAVARES LESSA**  
- Prefeito -

C.M.C.M  
Secretaria  
Processo nº 2026  
Rubrica 19 Fls 07




*Estado do Rio de Janeiro*  
*Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu*  
*Gabinete do Prefeito.*

**DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DA DESPESA**

Em atendimento ao disposto no Art. 16, Inciso II da Lei Complementar 101/2000 (LRF)

**DECLARO**, para os devidos fins, que a despesa objeto do **PROJETO DE LEI Nº 02/2026**, que concede revisão geral anual da remuneração aos servidores públicos municipais do Poder Executivo e do Poder Legislativo e aos agentes políticos de Conceição de Macabu na forma que especifica e dá outras providências, tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual (LOA) para o ano de 2026, e está compatível com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e se encontra dentro dos limites legais.

Conceição de Macabu, 13 de janeiro de 2026.

  
**VALMIR TAVARES LESSA**  
Prefeito Municipal



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

**De: Secretário Municipal de Planejamento**

**Para: Gabinete do Prefeito**

Assunto: Impacto Orçamento e Financeiro

***Excelentíssimo Sr. Prefeito,***

Conforme solicitação, segue o índice e os valores de impacto aplicado na revisão constitucional dos servidores deste município:

O índice aplicado foi de acordo com o reajuste do novo salário mínimo nacional e o reajuste nacional para o magistério em 2026;

Salário mínimo atual: R\$ 1.621,00;

Percentual de reajuste: 6,79%;

Percentual de reajuste magistério: 0,37%

Folha de Pagamento 12/2025 + Encargos: R\$ 5.123.002,37;

Diferença mensal: 249.460,69

Folha de Pagamento reajustada: R\$ 5.372.463,06;

Diferença anual para impacto: R\$ 3.326.142,53

Segue em anexo o impacto e demais informações.

Após aprovação, favor encaminhar a Procuradoria Geral para providencias.

Conceição de Macabu, 14 de janeiro de 2026.

**ALEXANDRO SILVA DOS SANTOS**  
***Secretário de Planejamento***  
***Portaria 013/2025***

C.M.C.M.  
Secretaria  
Processo nº 226  
Rubrica 19 Fls. 09





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Estimativa do Impacto Financeiro Orçamentário (Arts. 16 e 17 da LRF)

Tipo de Ação Governamental

- (X) Criação, Expansão ou Aperfeiçoamento de Ação Governamental ( Art. 16)  
( ) Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado derivada de Lei ou Ato Administrativo Normativo com execução superior a dois exercícios (Art. 17).

Despesa Bruta com Pessoal (I)	R\$	86.283.834,02
Pessoal Ativo	R\$	71.545.321,68
Pessoal Inativo e Pensionista	R\$	14.738.512,34
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	R\$	-
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	R\$	19.703.989,71
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	R\$	-
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$	14.583.070,97
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$	1.719.799,72
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	R\$	-
(-) Agente Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados	R\$	2.791.140,52
(-) Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Parteira, e outras.	R\$	609.978,50
(+) Inscritos em RP Não Processados	R\$	-

Despesa Total com Pessoal - DTP = ( I - II ) R\$ 66.579.844,31

Percentual de comprometimento anual com o Referido Projeto

		Custo Anual
PROC. 3689/2025 - Seleção Entrevistador Bolsa Família	R\$	116.886,00
PROC. 4952/2025 - Gratificação Fiscais de Renda	R\$	73.623,69
PROC.2737/2025 - Cartão Alimentação - Conselheiros Tutelares	R\$	21.000,00
PROC. 6936/2025 - Processo Seletivo SUAS	R\$	103.234,01
PROC. 12346/2025 - Processo Seletivo Simpl. - Facilitador de Oficinas e Orientador	R\$	171.758,33
PROC. 11.940/2025 - Convocação Professor Fundamental I e II e Meredeira Escolar	R\$	405.643,42
PROCC. 12.807/2025 - Vaga novo Procurador	R\$	13.630,68
PROC. 15.637/2025 - Novo Cargo e Alteração de DAS	R\$	10.847,97
PROC. 19.205/2025 - Criação de Vagas - Guarda Municipal	R\$	102.326,09
PROC. 17.992/2025 - Solicitação Impacto dos Odontólogos	R\$	409.501,52
PROC. 505/2026 - Reajuste Salarial 2026	R\$	3.326.142,53
	R\$	4.754.594,22

Acréscimo nos Custos de Pessoal com o Projeto proposto no exercício: 3,378%

Apuração do Cumprimento do Limite Legal

Total em 2025, até 08/2025	R\$	140.751.984,46
Receita Corrente Líquida realizada no 2º quadrimestre de 2025	R\$	140.751.984,46
		47,303%

Gasto com Pessoal com a implantação dos Projetos pretendidos 50,681%

Gastos de Pessoal com o Projeto proposto nos 2 (dois) anos subsequentes

Valor Previsto para 2025	R\$	147.902.185,27
Receita Corrente Líquida Prevista para 6º Bimestre 2025	R\$	147.902.185,27
		48,231%
Valor Previsto para 2026	R\$	153.966.174,87
Receita Corrente Líquida Prevista para 6º Bimestre 2026	R\$	153.966.174,87
		46,331%
Valor Previsto para 2027	R\$	159.970.855,69
Receita Corrente Líquida Prevista para 6º Bimestre 2027	R\$	159.970.855,69
		44,592%

Adequação Orçamentária:

Plano Plurianual

- (x) Adequada  
( ) Inadequada

vigência da ação proposta.

Lei de Diretrizes Orçamentárias

- (x) Adequada  
( ) Inadequada

É compatível com as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025.

Observações:

- Para o cálculo foram utilizados os dados da LRF até Abril de 2025.

Conceição de Macabu/RJ, 14 de Janeiro de 2025.

ALEXANDRO SILVA DOS SANTOS  
Secretário de Planejamento  
Portaria 013/2025

C.M.C.M.  
Secretaria  
Processo nº 226  
Rubrica 19 Fls 10



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CONCEIÇÃO  
DE MACABU**



**MEMÓRIA DE CÁLCULO DO REAJUSTE**

UNIDADES			% REAJUSTE	DIFERENÇA REAJUSTE
<b>MAGISTÉRIO - IPASCON</b>	R\$	1.307.868,56	0,37	R\$ 4.839,11
PATRONAL 15,10%	R\$	197.488,15	0,37	R\$ 730,71
	R\$	<b>1.505.356,71</b>		R\$ <b>5.569,82</b>
 <b>MAGISTÉRIO - INSS</b>	R\$	23.614,79	0,37	R\$ 87,37
PATRONAL 15,25%	R\$	3.601,26	0,37	R\$ 13,32
	R\$	<b>27.216,05</b>		R\$ <b>100,70</b>
 <b>DEMAIS - IPASCON</b>	R\$	2.589.893,74	6,79	R\$ 175.853,78
PATRONAL 15,10%	R\$	391.073,95	6,79	R\$ 26.553,92
	R\$	<b>2.980.967,69</b>		R\$ <b>202.407,71</b>
 <b>DEMAIS - INSS</b>	R\$	528.817,28	6,79	R\$ 35.906,69
PATRONAL 15,25%	R\$	80.644,64	6,79	R\$ 5.475,77
	R\$	<b>609.461,92</b>		R\$ <b>41.382,46</b>
 <b>TOTAL</b>	R\$	<b>5.123.002,37</b>		R\$ <b>249.460,69</b>
 <b>Folha Reajustada</b>	R\$	<b>5.372.463,06</b>		

RESUMO CÁLCULO	
Anual	R\$ 2.993.528,28
13º	R\$ 249.460,69
1/3 Férias	R\$ 83.153,56
<b>Valor para impacto</b>	<b>R\$ 3.326.142,53</b>

*Alexandro Silva dos Santos*  
Secretário de Planejamento  
Port. 013/2025





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

**IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

Em atendimento ao disposto na Lei Complementar 101/2000.

Especificação da Receita:

Valores em R\$

<b>Receita Corrente Líquida - RCL (até Agosto /2025)</b>	<b>135.992.258,72</b>
<b>Receita Corrente Líquida-RCL ajustada pelo IPCA para 2025</b>	<b>138.753.757,38</b>
<b>Receita Corrente Líquida-RCL ajustada pelo IPCA para 2026</b>	<b>143.610.138,88</b>
<b>Receita Corrente Líquida-RCL ajustada pelo IPCA para 2027</b>	<b>148.636.493,75</b>

Valores em R\$

<b>Despesa Total com Pessoal (até agosto/2025)</b>	<b>64.592.897,17</b>
<b>Despesa Total com Pessoal projetada para 2025</b>	<b>60.188.307,76</b>
<b>Despesa Total com Pessoal projetada para 2026</b>	<b>60.188.307,76</b>
<b>Despesa Total com Pessoal projetada para 2027</b>	<b>60.188.307,76</b>

Estimativa do impacto:

<b>Percentual Apurado com a Receita Corrente Líquida - RCL Dezembro/2024)</b>	<b>47,497%</b>
<b>Percentual da Despesa Total com Pessoal projetada para o exercício de 2025</b>	<b>43,378%</b>
<b>Percentual da Despesa Total com Pessoal projetada para o exercício de 2026</b>	<b>41,911%</b>
<b>Percentual da Despesa Total com Pessoal projetada para o exercício de 2027</b>	<b>40,494%</b>

Limite de Alerta (Inciso II do §1º do art. 59 da LRF)

48,60%

Limite Prudencial (§ único do art. 22 da LRF)

51,30%

Limite Máximo (Inciso I, II e III do art. 20 da LRF)

54,00%

Observação:

- Os valores apresentados foram extraídos do Relatório de Gestão Fiscal(RGF) Anexo 1, do 1º Quadrimestre de 2025;
- Os valores da Receita Corrente Líquida foram ajustados pelo IPCA conforme Boletim Focus de 12 de janeiro de 2025, em anexo;
- A receita corrente líquida ajustada e a despesa total com pessoal projetada poderão sofrer alterações na sua realização;

Alexandro Silva dos Santos  
Secretário de Planejamento

C.M.C.M  
Secretaria  
Processo nº 216  
Rubrica 19 Fls 12

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU  
GABINETE DO PREFEITO

**Tabela de Remuneração de Cargos Efetivos**

NÍVEL	CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D	CLASSE E	CLASSE E1	CLASSE F	CLASSE G	CLASSE H	CLASSE I	CLASSI J	CLASSE K
1	1.621,00	1.876,79	2.231,65	3.347,47	3.118,73	3.742,41	4.408,09	8.098,59	3.242,00	4.463,29	5.355,95	7.948,76
2	1.653,42	1.914,33	2.276,28	3.414,42	3.181,11	3.817,25	4.496,25	8.260,56	3.306,84	4.552,55	5.463,07	8.107,73
3	1.686,49	1.952,62	2.321,81	3.482,71	3.244,73	3.893,60	4.586,18	8.425,77	3.372,98	4.643,60	5.572,33	8.269,88
4	1.720,22	1.991,67	2.368,25	3.552,36	3.309,62	3.971,47	4.677,90	8.594,29	3.440,44	4.736,47	5.683,78	8.435,28
5	1.754,62	2.031,50	2.415,62	3.623,41	3.375,81	4.050,90	4.771,46	8.766,18	3.509,25	4.831,20	5.797,46	8.603,99
6	1.789,71	2.072,13	2.463,93	3.695,88	3.443,33	4.131,92	4.866,89	8.941,50	3.579,44	4.927,82	5.913,41	8.776,07
7	1.825,50	2.113,57	2.513,21	3.769,80	3.512,20	4.214,56	4.964,23	9.120,33	3.651,03	5.026,38	6.031,68	8.951,59
8	1.862,01	2.155,84	2.563,47	3.845,20	3.582,44	4.298,85	5.063,51	9.302,74	3.724,05	5.126,91	6.152,31	9.130,62
9	1.899,25	2.198,96	2.614,74	3.922,10	3.654,09	4.384,83	5.164,78	9.488,79	3.798,53	5.229,45	6.275,36	9.313,23
10	1.937,24	2.242,94	2.667,03	4.000,54	3.727,17	4.472,53	5.268,08	9.678,57	3.874,50	5.334,04	6.400,87	9.499,49
11	1.975,98	2.287,80	2.720,37	4.080,55	3.801,71	4.561,98	5.373,44	9.872,14	3.951,99	5.440,72	6.528,89	9.689,48
12	2.015,50	2.333,56	2.774,78	4.162,16	3.877,74	4.653,22	5.480,91	10.069,58	4.031,03	5.549,53	6.659,47	9.883,27
13	2.055,81	2.380,23	2.830,28	4.245,40	3.955,29	4.746,28	5.590,53	10.270,97	4.111,65	5.660,52	6.792,66	10.080,94

**Tabela de Remuneração de Cargos Comissionados**

SÍMBOLO		VL REAJ
DAS-I	7.372,54	7.872,78
DAS-II	5.316,92	5.677,68
DAS-III	2.950,89	3.151,11
DAS-IV	2.215,38	2.365,70
DAS-V	1.772,31	1.892,57
DAS-VI	1.518,00	1.621,00

Processo nº 0126  
Rubrica 13  
C.M.C.M.  
Secretaria



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 2º Quadrimestre / 2025

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS														
	09/2024	10/2024	11/2024	12/2024	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.302.976,30	6.113.061,16	5.917.109,25	6.039.140,49	12.007.224,36	6.683.883,72	7.003.206,40	7.111.990,79	7.076.706,69	7.173.410,63	8.127.971,97	6.727.152,26	86.283.834,02	0,00	
Pessoal Ativo	5.232.315,62	5.046.298,91	4.852.263,19	4.017.950,80	10.863.748,79	5.540.492,27	5.841.682,45	5.945.689,19	5.901.263,13	5.849.634,81	6.926.146,16	5.527.836,36	71.545.321,68	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.698.213,57	4.516.335,28	4.331.620,53	3.513.366,72	9.799.517,03	5.110.962,13	5.247.447,58	5.217.213,01	5.332.398,19	5.259.888,29	6.277.712,35	5.068.505,32	64.373.180,00	0,00	
Obrigações Patronais	534.102,05	529.963,63	520.642,66	504.584,08	1.064.231,76	429.530,14	594.234,87	728.476,18	568.864,94	589.746,52	648.433,81	459.331,04	7.172.141,68	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.070.660,68	1.066.762,25	1.064.846,06	2.021.189,69	1.143.475,57	1.143.391,45	1.161.523,95	1.166.301,60	1.175.443,56	1.323.775,82	1.201.825,81	1.199.315,90	14.738.512,34	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	941.864,17	937.965,74	936.284,88	1.733.397,63	1.003.900,58	1.003.900,58	1.022.033,08	1.027.759,74	1.037.789,47	1.179.786,59	1.064.703,02	1.063.179,81	12.952.565,29	0,00	
Pensões	128.796,51	128.796,51	128.561,18	287.792,06	139.574,99	139.490,87	139.490,87	138.541,86	137.654,09	143.989,23	137.122,79	136.136,09	1.785.947,05	0,00	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.345.233,76	1.344.593,34	1.303.901,96	2.271.123,17	2.406.161,35	1.444.347,44	1.521.502,67	1.580.538,52	1.664.061,21	1.654.226,14	1.662.396,12	1.505.904,03	19.703.989,71	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	33.531,41	37.999,57	2.248,35	118.702,75	776.438,55	6.215,55	77.818,33	158.093,96	235.221,81	69.049,40	165.363,31	39.116,73	1.719.799,72	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativos e Pensionistas sem Recursos Vinculados	1.059.231,49	1.055.333,06	1.053.416,87	1.998.331,33	1.131.188,64	1.131.104,52	1.149.237,02	1.154.014,67	1.163.156,63	1.311.488,89	1.189.538,88	1.187.028,97	14.583.070,97	0,00	

Rubrica 15  
C.M.C. Macabu  
Secretaria de Planejamento e Gestão  
Processo nº 126  
Fis. 14

SECRETARIO DE PODER EXECUTIVO : VALMIR TAVARES LESSA  
SIS - Versão 2025

MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 2º Quadrimestre / 2025

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS														
	09/2024	10/2024	11/2024	12/2024	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §1º)	198.246,08	196.012,08	197.362,08	154.089,09	408.033,85	216.584,17	249.225,40	223.207,97	220.863,20	228.868,28	263.191,96	235.456,36	2.791.140,52	0,00	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	54.224,78	55.248,63	50.874,66	0,00	90.500,31	90.443,20	45.221,92	45.221,92	44.819,57	44.819,57	44.301,97	44.301,97	609.978,50	0,00	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.957.742,54	4.768.467,82	4.613.207,29	3.768.017,32	9.601.063,01	5.239.536,28	5.481.703,73	5.531.452,27	5.412.645,48	5.519.184,49	6.465.575,85	5.221.248,23	66.579.844,31	0,00	

C.M.C.  
Secretaria  
PROCESSO Nº 19/2025  
Rubrica 15-15  
CHIEF DO PODER EXECUTIVO : VALMIR TAVARES LESSA  
SIS - Versão 2025

MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 2º Quadrimestre / 2025

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	147.772.316,46	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	4.370.180,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)	0,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	2.650.152,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)</b>	<b>140.751.984,46</b>	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	66.579.844,31	47,30
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	76.006.071,60	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	72.205.768,02	51,30
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	68.405.464,44	48,60

Rubrica

C M C M  
Secretaria

CHEFE DO PODER EXECUTIVO : VALMIR TAVARES LESSA

SIGFIS - Versão 2025

18 setembro 2025 16:20:31